

Assentamento Terra Vista: direito à terra, ao território e ao Bem Viver¹

Priscila Seoldo Marques, mestranda no PPGAN/ UFMG /MG/Brasil.

Janaína Henrique dos Santos, doutoranda no PPGAS/UFRN/ RN/Brasil.

RESUMO

O trabalho pretende refletir sobre o processo de construção da agroecologia como ferramenta de resistência, de auto organização e de produção agrícola nos seus territórios de luta pela terra, no Assentamento Terra Vista, da Bahia. O assentamento atualmente é referência em agroecologia, por realizar práticas de preservação ambiental e na produção de alimentos que presam pela soberania alimentar. A terra, o território e como existir neles são princípios estruturantes para o desenvolvimento das práticas que envolvem o Terra Vista. Como desdobramento dessa organização e de estratégias de ações sociopolíticas em prol da agroecologia, o assentamento contribuiu significativamente para a criação da articulação Teia dos Povos, composta por diversos movimentos sociais, populações tradicionais, indígenas, assentados, povos de religiões de matriz africana, educadores e pesquisadores. A metodologia do artigo está baseada em técnicas qualitativas: observação participante, através da imersão na convivência do cotidiano no assentamento; conversas informais com pessoas de referência; entrevistas abertas. Sendo a agroecologia um tema transdisciplinar, os referenciais teóricos perpassam por antropólogos como Paul Little, Emília Godoi e Manuela Carneiro da Cunha, engenheiros agrônomos e agroécólogos como Caporal e Siliprandi e ainda com teóricos que dialogam sobre a teoria do Bem Viver - como o sociólogo Aníbal Quijano e o economista Alberto Acosta.

Palavras-chave: Assentamento Terra Vista; Agroecologia; Território

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto dos nossos interesses de pesquisas sobre agroecologia e populações tradicionais a partir de engajamentos nas articulações e movimentos sociais, voltados para a agroecologia no Brasil, anterior às nossas entradas nos respectivos programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAN-UFMG e PPGAS-UFRN). As reflexões sobre o Assentamento Terra Vista emergiram após nossa incursão ao campo entre os meses de dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, tendo como desdobramento direto a pesquisa de mestrado intitulada “Assentamento Terra Vista-BA:

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

uma etnografia sobre o território a partir da agroecologia, dos saberes tradicionais e o Bem Viver”².

A metodologia de pesquisa baseia-se em técnicas qualitativas tais como observação participante, conversas informais com pessoas de referência no assentamento em questão e entrevistas com os primeiros residentes a ocuparem a antiga fazenda Bela Vista. Através da vivência do cotidiano do assentamento conhecemos tais pessoas de referências que nos contaram sobre o processo de luta e conquista pela terra e o processo de transição agroecológica que passaram, o que nos permitiu identificar as principais atividades agrícolas e seu sistema agroalimentar, geração de renda e modo de vida das assentadas e dos assentados. Também participamos das reuniões da Teia dos Povos no mês de fevereiro e analisamos alguns documentos produzidos pelas lideranças do próprio assentamento.

Buscamos propor estudos e reflexões antropológicas iniciais compondo os estudos transdisciplinares do campo da agroecologia, a qual se apresenta como proposta multifacetada ao incorporar aspectos biofísicos, políticos, sociais, de gênero, relações entre humanos e não-humanos, etc. Como aportes teóricos buscamos dialogar com as concepções de territórios sociais propostas por Paul Little de forma que abarcasse as dimensões do Bem Viver. Temos como referências Aníbal Quijano e Alberto Acosta já que ambos tratam, em certa medida, de possíveis construções desde ações contra hegemônicas, ou seja, alternativas ao sistema neoliberal (este que representa a exclusão, desigualdade e opressão de muitos povos que trataremos ao longo do texto como à margem do sistema, com suas lutas e modos de existir invisibilizados por séculos). Partindo como referencial teórico no tema da agroecologia dialogaremos com Siliprandi, Caporal, Costabeber e Altieri como autores de referência para abrir o campo de reflexões transdisciplinares, convergindo com dimensões gerais que a temática contempla bem como questões particulares, como afirma Godoi, que dizem respeito à história do próprio Terra Vista e aos desfechos que se apresentaram ao longo dos anos de transição agroecológica.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira parte “Terra e Território”, descrevemos e buscamos construir compreensões sobre os processos de conquista pela terra, o que inclui o período de ocupação no modelo de acampamento e as primeiras intenções coletivas para produção de alimentos. Entendemos aqui *terra* como aquele

² Tema e título do projeto de dissertação de Priscila Seoldo Marques.

construto social e geográfico que tem a finalidade de moradia, alimentação, geração de renda e preservação ambiental. Refletimos sobre território através da noção das construções políticas sobre territórios de resistências, a conquista pela terra sendo ela mesma constituidora dessas resistências e desse território. Soma-se a isso a escolha das assentadas e assentados por trabalhar com a perspectiva agroecológica e com o sistema agroflorestal, projetos de sociedades que traduzem a visão de mundo contra hegemônica que vai de encontro ao modelo de produção imposto desde a Revolução Verde³. Ao mesmo tempo, esses territórios de resistência denunciam as espoliações, anunciando suas práticas e experiências exitosas. Na segunda parte, abordamos uma outra característica de ação desse/nesse território: a articulação entre as comunidades, mulheres, juventudes e povos. Tanto a luta pela terra quanto a agroecologia não se fazem de forma isolada; de fato, existem mais atores sociais que buscam, se fortalecerem através da troca de experiências técnicas, políticas e subjetivas com o intuito de estimularem seus projetos de sociedade e implementarem de novas práticas agrícolas. Por fim, propomos, ao final do artigo, considerações finais que caminham em direção à possibilidade para futuros estudos antropológicos.

1. TERRA E TERRITÓRIO

a) A conquista da terra

Paul Little (2002) trata sobre a importância da contextualização histórica ao abordar análises territoriais de qualquer grupo, em razão de cada território ter suas particularidades socioculturais, sendo eles produtos históricos de processos sociais e políticos ao longo do tempo. Para tanto, Little emprega o conceito de *cosmografia*, definido como “os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (LITTLE, 2002, p.254). Esta compreensão corrobora com toda a história de conquista e luta em defesa do Assentamento Terra Vista como território, levando em consideração afetos, a construção da memória coletiva e sua função social. A luta do

³ A agroecologia aparece como contraposição ao modelo capitalista de homogeneização da produção da chamada Revolução Verde, iniciada nos anos 1940 no México, e tratada como herança da segunda Guerra Mundial para os países latino-americanos. No Brasil, ela é intensificada nos anos 1950/60, a partir de incentivos governamentais. Em geral, a proposta previa pacotes tecnológicos que serviram para implantar modelos agropecuários com abordagens técnicas, voltada para o uso desenfreado de insumos e fertilizantes químicos, que impactam de forma significativa no meio ambiente e na saúde das pessoas (BALESTRO; SAUER, 2013).

campesinato somado à agroecologia têm ampliado as possibilidades de atuações diante dos territórios conquistados e da construção dos diálogos entre os povos, em alguns casos com modos de vida diferente, mas que olham na mesma direção: a de existir em sua própria terra. Sendo assim, contextualizamos desde o lugar de sua memória e da sua construção histórica.

O Assentamento Terra vista é fruto da luta cunhada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Localizado na zona rural do município de Arataca, Sul da Bahia, está situado em uma região tradicionalmente cacaueteira da mata atlântica. Este assentamento foi conquistado oficialmente em 1994, após dois anos de ocupação em formato de acampamento, com início no dia 8 de março de 1992.

Foi com o lema “Ocupar, resistir e produzir”⁴ que as famílias seguiram com o plano e estratégias de ocupação das terras e montaram acampamento na antiga fazenda Bela Vista, de forma a identificar um local estratégico próximo à rodovia, visando, futuramente, levar alimentos da reforma agrária para outras regiões. Além disso, essa ocupação teve papel importante para visibilizar o MST, ao expandi-lo para o extremo Sul da Bahia e propor questões que considerassem a ação coletiva em relação à propriedade das terras improdutivas. Após dois anos de ocupação e vários enfrentamentos policiais (que decorreram em cinco despejos das famílias), conquistaram legalmente a posse da terra em 1994. Então, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de cumprir a sua função social, ou seja, a capacidade do espaço em abrigar as famílias, ocupar e produzir em terras antes improdutivas.

De acordo com a liderança Joelson Oliveira, para a ocupação utilizaram “um enfrentamento de massa com 350 famílias - dentre elas crianças, mulheres e homens - marchando em direção à fazenda Bela Vista, acreditando sempre que a força estava no povo”. Assim, buscaram estratégias a partir dessa frente de massa, formada por pessoas unidas em defesa do acampamento, da educação das crianças e da produção de alimentos. Desde o início da ocupação as famílias desenvolveram práticas para potencializar a produção agrícola e a organização do coletivo. Para a educação das crianças foi montada uma frente de atuação que considerasse a relação com a terra, identificando dentre as pessoas no acampamento professoras que se revezavam em turnos para lecionar algumas aulas. Também conseguiram livros doados pela prefeitura de Arataca, se dispondo a ensinar matérias escolares básicas e garantindo a continuidade aos estudos para as

⁴ Lema empregado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST

crianças acampadas. Na área da produção a atenção foi direcionada para a plantação de mandioca, com a finalidade de produzir farinha e comercializar o produto. Com o intuito de obterem mais recursos para o próprio sustento plantaram várias árvores frutíferas do terreno, - já que passaram por momentos difíceis, em que a maioria passou fome durante longos períodos na ocupação - e também como estratégias de resistência do próprio acampamento.

Como é possível identificar, para as famílias conquistarem a terra do atual assentamento, houve muita luta, ligada não somente à questão da legalização do ponto de vista agrário, mas também da luta cotidiana para todas as famílias se manterem bem. Esse processo transcorreu desde a obtenção dos alimentos até a mobilização e articulação da coordenação do acampamento para captação de recursos do projeto de assentamento que ali pretendia-se construir.

A conquista integral da terra foi dada em julho de 1994, cuja declaração de posse e demarcação do espaço foi então elaborada pelo INCRA. No mesmo ano, mais famílias chegaram, com a intenção de continuarem os trabalhos e avançarem nos projetos de estruturação do assentamento. Até o final da década de 90 permaneceram cerca de 100 famílias.

b) O desenvolvimento da agroecologia na formação de um *território de resistência*.

A agroecologia é vista por muitos como modelo de agricultura sustentável, mas também pode-se considerá-la enquanto uma tecnologia social, através de seus princípios sociopolíticos e ecológicos, promove a inclusão social e melhores condições de vida aos agricultores. A agroecologia é formada pelo tripé: movimento social, práticas sustentáveis de produção agrícola, e ciência. É um projeto de sociedade que contribui no processo de campesinato (SILIPRANDI, 2009). De acordo com Caporal e Costabeber (2004), ela faz parte de agroecossistemas sustentáveis, valorizando o conhecimento dos biomas locais, integrando o conhecimento científico e construindo novos saberes socioambientais:

Por isto mesmo, quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p. 13)

Esta prática apresenta temas pertinentes aos estudos antropológicos uma vez que une ativismo político e a construção de novos modos de vida em comunidade, o que por sua vez diz respeito à possibilidade de construir um canal direto de diálogo em relação a interculturalidade. Isso é feito a partir de diversos saberes e ontologias envolvidos com as práticas agroecológicas, colocando como atores mulheres, homens, juventudes e povos que por muitos anos ficaram à margem das sociedades ditas ocidentais tais como indígenas e quilombolas.

Premissas como a valorização da diversidade cultural e a participação política dos atores sociais proporciona fortalecimento das práticas agrícolas e do movimento agroecológico, já que, além de empoderar os atores sociais envolvidos, engloba olhares diversos sobre a preservação ambiental, a biodiversidade e a produção. Como consequência, a agroecologia traz resultados econômicos positivos aos agricultores e reafirma o direito à alimentação com preço justo e de qualidade quando coloca em pauta a soberania e segurança alimentar. É com base nesse caráter sistêmico que, de acordo com Caporal e Costabeber, a agroecologia possui “uma base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p.16).

Pelo fato de se tratar de uma ação antrópica – porém com o agenciamento também de seres não-humanos, como as árvores, materiais orgânicos, e animais que colaboram nos processos de adubação do solo, ou seja, criam diversidade intra e interespecífica – a agroecologia propõe a mudança de visão que desde a Revolução Verde vem sendo construída falaciosamente. Ela pretende, assim, implementar novas maneiras de enxergar o manejo e conservação dos recursos naturais.

No Brasil, a agroecologia –sob este termo- é difundida nos anos 1980⁵ sob uma proposta de (re) construir uma agricultura sustentável como substituição à agricultura industrializada. Ela se propõe, a partir do suporte de certas condições técnicas/científicas, configurando-se no que se convencionou a chamar de processo de *transição agroecológica*, pelo movimento agroecológico. Ela pretende modificar o planejamento estratégico da propriedade, a partir de práticas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, assim como no escopo da produção e a redução do uso de insumos externos à propriedade, por exemplo. (SILIPRANDI, 2002).

⁵ Sobre esse conceito ver: DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

Emma Siliprandi (2009) também dialoga sobre esses impactos nas expropriações das terras de famílias, de povos e comunidades tradicionais e das mulheres e sua relação com a noção de campesinato enquanto cerne do contraponto da falsa ideia de modernidade capitalista, que não passam por uma necessidade e nem tampouco é *desejável* pelo conjunto da humanidade. Antagônico a essa “perspectiva evolucionista”

A agroecologia vai buscar, então, recuperar o papel do campesinato na história, posição que conflita com as principais linhas de pensamento dominantes na sociologia até então (meados da década de 1980). Manoel de Molina e Sevilla Guzmán (entre outros pesquisadores), por meio de uma integração entre o pensamento de Chayanov com os últimos escritos de Marx sobre a racionalidade camponesa, sustentarão que o modo de vida camponês é o mais adequado para a produção sustentável na agricultura, por ser o único capaz de reproduzir, o mais fielmente possível, os ecossistemas naturais. (SILIPRANDI, 2009, p. 110).

Esse pensamento se relaciona com a equivocada noção de modernidade, que serviu para pensar a ideia de progresso, a partir das atividades agrícolas na produção e no mercado. Elas enquadravam “países desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, se distanciando da realidade do que hoje se entende por agricultura familiar e/ou camponesa⁶.

A agroecologia acredita que a agricultura convencional seja insustentável, tanto economicamente como ambientalmente, e que vem causando sérios danos à biodiversidade através da monocultura e, à vista disso, o emprego de transgênicos, fertilizantes industriais e altos níveis de agrotóxicos. Ela se torna um movimento em defesa da retomada de concepções agronômicas sustentáveis –utilizando-se, por exemplo, de recursos de adubação orgânicas, muitas vezes provenientes da própria poda ou manejo da produção. Em outras palavras, propõe a utilização de tecnologias “limpas”, sem provocar impactos socioambientais negativos ao meio ambiente-, e, valendo-se de técnicas anteriores ao uso de agroquímicos e outras técnicas agrícolas promovidas pela Revolução Verde.

Por ser compreendida em seu caráter sistêmico, ou seja, como disciplina científica, prática agrícola e movimento sociopolítico, a agroecologia possui estratégias sistêmicas como agricultura alternativa, que extrapola uma posição apenas tecnicista do

⁶ SILIPRANDI (2002) registra a importância do estudo e da publicação de Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável de Miguel Altieri (ALTIERI, 2002) para a difusão do termo agroecologia no Brasil e em outros países, nos anos 1980.

campo na área agrícola, permitindo participação social de diversos atores e, no caso do Terra Vista, incorporando experiências de erros e acertos dos assentados e assentadas ao longo dos anos de inserção dessas práticas em seu território.

Quando conquistaram o direito à terra ocupada foram orientados pela articulação nacional do MST, bem como inspirados pelos princípios de sistemas cooperativistas de países como China, a antiga União Soviética e Bulgária a criar, em 1994, a COOPRASUL: Cooperativa de Produção Construindo Sul Ltda. Trabalhando desde parâmetros cooperativistas, decidiram assim implementar a agricultura tradicional em todo seu território. Fizeram grandes derrubadas de árvores e abriram espaço com tratores para plantarem diversas frutas e legumes, investindo em uma agricultura convencional. Esta, porém, não resultou em sucesso para as famílias do Terra Vista.

Dessa maneira, é relevante identificar que desde o início da conquista do território agroecológico do Terra Vista, as assentadas e assentados têm buscado potencializar a produção agrícola, aliando às resistências políticas e luta pela permanência na terra. A “vassoura de bruxa”, praga que dizimou nos anos 80 boa parte do plantio na região, levou ao abandono das grandes fazendas de cacau por seus proprietários, fato que contribuiu para estimular a desintrusão das fazendas para o MST - pois, “se não fosse a ‘vassoura de bruxa’ nenhum Sem Terra teria terra e nem cacau aqui”, conforme afirma João da Silva, assentado do Terra Vista. Contudo, desde o início dos anos 2000, em decorrência de uma crise da produção cacaueira ainda decorrente dos efeitos da praga, se iniciou um processo de inserção de práticas agroecológicas de reparação dos efeitos da mesma. Estas contribuíram para o fortalecimento da produção do cacau, por exemplo, através da utilização da técnica de enxertia na produção de mudas da planta, assim como do cultivo de alimentos para consumo próprio. A consequência principal seria a ampliação da participação dentro das propostas de sustentabilidade do bioma da mata atlântica através de conhecimentos e práticas direcionados à agroecologia, além de fomentar a economia local com a agricultura familiar.

Os Sistemas Agroflorestais (SAF's) fundamentam-se em diversos tipos de manejos que respeitem os ambientes biofísicos locais. No Terra Vista um dos principais tipos de manejo é a partir do cacau cabruca. Ele ocupa um terço da área do assentamento equivalente à 300 hectares da área total. Este tipo de manejo do cacau é feito a partir do manejo florestal, ou seja, plantado e manejado embaixo de árvores nativas da mata atlântica. Esta é uma técnica ancestral que resiste às lavouras de cacau produzidos com base na monocultura. É a principal atividade produtiva do assentamento, através de um

sistema de trabalho que permite a continuidade de uma prática tradicional e que se alinhou aos princípios agroecológicos e contribuindo para potencializar a produção, gerando renda e endossando uma identidade das assentadas e assentados do Terra Vista na região.

Completando vinte e cinco anos desde sua fundação e vinte anos desde o início da transição agroecológica realizada pelas assentadas e assentados, todo o território - que atualmente contempla uma área de 913 hectares de terra e é ocupado por 56 famílias- vêm passando por processos de mudança nas técnicas e práticas de cultivo do modo convencional (incluindo a interrupção do uso de agrotóxicos e manejo inadequado do solo) com o intuito de contribuir para preservação ambiental e relação mais harmônica com a natureza. Desde o início dos anos 2000, o Assentamento Terra Vista é considerado uma experiência de referência para o MST, em virtude de ter implantado o sistema agroflorestal nos moldes da agroecologia. A partir dessa transição, a produção de cacau dentro do assentamento aumentou significativamente, o que permitiu também produção de chocolate artesanal com cacau orgânico de plantio agroecológico e com selo próprio do *Terra Vista*. O que começou com uma pequena horta agroecológica, atualmente expande a experiência para projetos de reflorestamento de grandes áreas e cumprindo também a função social da terra.

A educação do campo também é símbolo de toda a história do assentamento e corrobora com a formação de novas gerações capacitadas que darão continuidade ao trabalho realizado ao longo dos anos de transição agroecológica. O Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos oferta cursos para formação profissionalizante de jovens e adultos para toda a região - cursos na área das ciências ambientais, agrárias e tecnológicas, sendo um dos cursos especificamente de agroecologia. Além disso, há o Centro Integrado de Educação Florestan Fernandes onde são lecionadas aulas do ensino fundamental. As escolas são frequentadas pelos jovens e adultos do assentamento e também por jovens das cidades e assentamentos próximos ao Terra Vista. Retratada a construção histórica do assentamento, as escolas nos revelam que todo o processo de conquista pela terra constitui um território de resistência, e que de acordo com Little (2002, p.253) perpassa pela noção de territorialidade e de “conduta territorial” em que os assentados e assentadas ocupam, usam, controlam e se identificam com o local onde habitam, no caso o ambiente biofísico da mata atlântica.

Em geral, o trabalho com a agroecologia no assentamento está relacionado à produção agrícola voltada para a alimentação, comercialização e o cuidado ambiental, com o plantio de árvores e manejo florestal. Estes são vivenciados cotidianamente nos

espaços de viveiro de mudas (florestal e frutíferas), roças de cacau coletivas e familiares, hortas nas escolas e nos quintais, assim como são as atividades de formação voltadas para o desenvolvimento do respeito entre as pessoas, às crianças e a desigualdade de gêneros, conforme os princípios que admite a agroecologia.

É sabido que vivemos uma das maiores crises ambientais do país e que as concepções agrícolas adotadas atualmente, fruto da Revolução Verde, são defendidas como verdade absoluta, o que tem exaurido todo solo, poluído águas, desmatado áreas cada vez maiores, e conseqüentemente, destruindo biomas inteiros, como a Amazônia, o pantanal e o cerrado, e agravando questões climáticas que já mostram seus efeitos no momento presente. Este agravamento das condições ambientais é efeito também do modelo econômico vigente, em que busca-se maximizar o lucro e explorar o trabalhador rural, independentemente das conseqüências provocadas pelas práticas dos métodos convencionais por manejos com queimadas voltado à criação de gado e formação de pasto nos grandes latifúndios, por exemplo. Essa agricultura convencional com alta mecanização, destrói a biodiversidade de fauna e flora, sendo a mesma formadora de paisagens monocultoras e homogeneizantes, pobres de biodiversidade. Ao implementar práticas agroecológicas, tanto ecológico quanto politicamente, o Terra Vista pode ser considerado um território de resistência potente.

Dessa maneira, o Terra Vista consegue conectar a tal visão sistêmica, já que todos que fazem parte desse movimento acreditam que a técnica agroecológica não existe isoladamente, porque para além de otimizar os agroecossistemas, ela também defende uma produção agroecológica limpa, financeiramente acessível, sustentável e socialmente justa. Ademais, como citado anteriormente, a visão da agroecologia extrapola os espaços acadêmicos, conceituais e técnicos e agrega, tanto metodologicamente quanto estrategicamente, as experiências de agricultores familiares de comunidade camponesas, indígenas e quilombolas, os quais possuem conhecimento profundo dos locais que habitam, apresentando em sua base a sistematização de saberes, experiências e práticas no campo empírico de diversas áreas de conhecimento. Altieri (2004) confirma esse modo de pensar do movimento agroecológico quando afirma que camponeses são profundos conhecedores das produções tradicionais ao passo que conhecem e compreendem maneiras sofisticadas de lidarem com a biodiversidade ao mesmo tempo que mantém a produção agrícola. Além dos camponeses, o autor também cita como os povos indígenas também têm papel importante na conservação da biodiversidade através

do conhecimento empírico e geracional, ao que diz respeito ao solo, clima, vegetação, animais e ecossistemas, e que assim encontram métodos de produção multidimensionais.

2. SUJEITOS POLÍTICOS E POVOS NA CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER

A *cosmografia* (LITTLE, 2002) também pode ser abordada a partir de alguns dos assentados que se apresentam como figuras marcantes no processo de transição agroecológica bem como outros atores políticos que extrapolam as fronteiras do próprio assentamento. Começando por Joelson Ferreira, ex-coordenador do Terra Vista e liderança da Teia dos Povos, foi a partir de estudos realizados por ele sobre permacultura, agriculturas alternativas e bibliografias sobre agroecologia - como da engenheira agrônoma Ana Primavesi, referência nacional no campo- que as primeiras ideias de implementação da agroecologia começaram a tomar corpo no Terra Vista, no início dos anos 2000. Capixaba também é sujeito importante dentro do processo, posto que plantou a maioria das árvores frutíferas que atualmente estão na agrovila do assentamento. No presente, há ainda outras pessoas importantes na implementação agroecológica do território, como Sálvio, atual coordenador do assentamento e técnico em agroecologia. A conexão com o MST a partir do encontro de mulheres camponesas é desempenhada por Nayara, mulher assentada que empreende o trabalho com cosméticos naturais agroecológicos com materiais colhidos no próprio assentamento. Solange, outra mulher assentada, desempenha seu papel como uma das lideranças femininas da Teia dos Povos e tem papel importante de articular as mulheres do próprio Terra Vista.

Desde o afastamento da coordenação do assentamento em relação às coordenações gerais do MST, o Terra Vista, em constante busca pelo direito à existir no território e o diálogo com saberes diversos, propõe uma articulação de cunho político e social entre diversos povos da Bahia. Através da articulação de movimentos sociais chamada Teia dos Povos, o assentamento tem fortalecido também relações socioculturais, políticas e ambientais com diversas comunidades e parceiros. O Assentamento Terra Vista apresenta-se a partir de suas vivências ímpares entre novas redes de relações sociopolíticas entre povos tradicionais, indígenas e do campo, com a lente da territorialidade e da agroecologia. Assim como Sorrentino *et al.* (2017) refere-se à agroecologia como proposta contra hegemônica a partir do rompimento com a lógica da agricultura industrial capitalista e monocultora, afirmando que o modo de se fazer agroecologia nos permite incluir nas vivências pessoas, cores, verbos, significados e

linguagens próprias, o Assentamento Terra Vista também se insere em propostas como essas.

A Teia dos Povos é uma articulação proposta pelo Assentamento Terra Vista que desde 2012 desenvolve ideias, ações e projetos em conjunto com diversos povos e grupos invisibilizados historicamente, a fim de unir os vários movimentos a partir de vivências reais. Nasce, portanto, como um desdobramento dos princípios agroecológicos e do Bem Viver que já estavam sendo construídos no Terra Vista. Fazem parte desta articulação assentados e acampados, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco, trabalhadores do campo e da cidade, povos de religiões de matriz africana, guardiões de sementes, estudantes, moradores de vilas e favelas, educadores e pesquisadores. Todos constroem uma rede que propõe reflexões e ações em prol do direito ao território, à soberania alimentar, a agroecologia e ao Bem Viver. Lideranças desses diversos grupos formam alianças levando em consideração sabedorias e memórias ancestrais, como no caso de Mestra Maria Muniz Pataxó Hã-Hã-Hãe e Cacique Nailton Muniz Pataxó Hã-Hã-Hãe, Mestre Jorge Rasta da Casa do Boneco, e Mestre Joelson Ferreira. A articulação suscita diálogos em relação às questões relevantes de lutas reais dos povos envolvidos, e assim mobiliza-se pelas políticas de democratização e direitos à terra, da liberdade dos povos originários e de matrizes africanas, visto que afirmam ter consciência que essa liberdade não será dada, mas sim conquistada. Ao falarmos sobre a concepção de Bem Viver transpomos o reduto acadêmico e partimos então para vivências em um contexto de lutas e experiências dos povos indígenas e tradicionais. É possível, assim, colocar em destaque relações de cooperação, de solidariedade que se distanciam da apropriação da Natureza (ACOSTA, 2015).

A agroecologia, portanto, também pode dialogar com a concepção de Bem Viver proposta por autores como Quijano e Acosta. Quijano (2014) coloca em xeque a necessidade de buscarmos outro modo de existência social alternativa a partir da descolonização do poder, sendo liberta de dominação, exploração e violência. Essas são características intrínsecas quando aprofundamos as concepções sociais e políticas que a agroecologia preconiza em suas propostas desde seus aspectos de caráter sistêmico. Estabelecer um estudo antropológico em que possamos situar práticas sobre o Bem Viver como algo relevante nos processos de resistência sobre territórios parte também do que Acosta diz sobre a necessidade de “outras formas de organização social e novas práticas políticas (ACOSTA, 2015, p. 20). Novamente, estas nos conduzem a pensar sobre

resistência desde a terra, desde como existir nos próprios territórios libertando-se de práticas hegemônicas, racistas e eurocêntricas.

Godoi (2014) afirma que colocar a territorialidade em destaque como objeto de estudo propicia que investiguemos processos, ou seja, a partir desta temática, abrem-se diversas oportunidades de encontrar os significados que o território representa para determinado contexto: as particularidades existentes, processos sociais e físicos, e de que forma os atores sociais se envolvem nos processos relacionados ao território. Assentamentos e os grupos envolvidos na Teia dos Povos com as práticas agroecológicas nos conduzem a refletir sobre a concepção de território social proposta por Paul Little, que trata sobre os “vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com os respectivos ambientes biofísicos” (LITTLE, 2002, p.10). Se abrem diálogos com esse questionamento, novas potencialidades, ao criarmos redes de conhecimento e prática em uma visão de Bem Viver (ACOSTA, 2016), ou, em suas palavras “tudo que a gente quiser fazer de mudança passa pela terra, mas pensar nisso é preciso descolonizar a mente e descolonizar a terra também.” (Ferreira, 2018).

Assim como o movimento agroecológico, a Teia dos Povos é uma articulação baseada em vivências e experiências dos grupos envolvidos que estão em constante construção. Por existirem várias frentes de atuação em várias regiões da Bahia, organizam agendas em comum para que sejam realizadas ações em todos os territórios envolvidos, em cada região do estado da Bahia. Os encontros de todas as comunidades envolvidas ocorrem a cada dois anos na Jornada de Agroecologia da Bahia. Se propõe que sejam discutidas ações continuadas com diretrizes políticas coletivas voltadas, por exemplo, à produção de alimentos nos próprios territórios, fazeres a partir dos mutirões agroecológicos, rodas sobre o sagrado feminino, encontros de matriarcas e lideranças dos territórios, aprendizados sobre saúde a partir da religiosidade, espiritualidade, ancestralidade, além da oportunidade de troca de sementes crioulas. (TEIXEIRA; SANTOS; OLIVEIRA; BRITO, 2018). Enquanto espaço de formação e luta dos povos, a Teia possui alguns princípios fundantes e são eles:

- I.** Terra e alimento como princípio filosófico e de vida, que se constrói através da solidariedade irrestrita aos movimentos pela defesa da territorialidade, tendo como instrumento a pedagogia do exemplo.
- II.** O trabalho e o estudo para liberdade que possibilite a construção de um novo modo de vida, desconstruindo a herança dos modelos capitalista, racista e patriarcal.

III. Reafirmar o olhar ancestral na edificação de um novo tempo, contextualizado à nossa forma. (Texto disponível no *website* do movimento Teia dos Povos)

Mapeando as relações sociopolíticas que permeiam a articulação durante os encontros das Jornadas e pré-jornadas de Agroecologia da Bahia, é possível encontrar nestes trabalhos, como afirma Godoi (2014, p.10) “dimensões sociais, simbólicas e físicas” que perpassam a dimensão da territorialidade. Um exemplo das ações coletivas das comunidades é o projeto envolvendo sementes crioulas, cuja ação proporciona um dos princípios do que são importantes para o assentamento: a soberania alimentar e o resgate dos conhecimentos ancestrais. Vê-se, como uma forma de resistência ao sistema, seja ele de ordem social, econômica ou política, que, sobre a égide do desenvolvimento e neoliberalismo com sua lógica excludente, vincula-se aos padrões de cultivos voltados a produção com princípios corporativos e monocultores. Expropriam terras indígenas e povos tradicionais de seus territórios em prol de um suposto desenvolvimento, usam agrotóxicos nos latifúndios e envenenam o solo, utilizam de sementes geneticamente modificadas, cada vez mais presentes em todo território nacional, e assim, degradam os solos, criam processos de desertificação com a derrubada de florestas, causando impactos muito caros ao planeta. A prática do Bem Viver, ou Sumak Kawsay, falada por todos os envolvidos da Teia como um princípio importante, questiona essas dinâmicas neoliberais hegemônicas em prol de um suposto desenvolvimento, e destaca outras dinâmicas mais integradas entre ser humano e natureza, assim, direcionadas a modelos culturais que assim o fazem e (r)existem a milhares de anos, como os povos originários (ACOSTA, 2016).

Ao colocar os assentados, camponeses, os povos tradicionais e indígenas envolvidos com o movimento Teia dos Povos como culturas com hábitos e modos de vida que confluem com as perspectivas agroecológicas e sobre o Bem Viver não pretendemos categorizá-los como conservacionistas ambientais (CUNHA, 2009) mas sim demonstrar que existem compartilhamentos da visão sobre o que a terra representa para cada um deles, e para tanto afirmando que “Todos esses grupos apresentam, pelo menos em parte, uma história de baixo impacto ambiental e demonstram, no presente, interesse em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram” (CUNHA, 2009, P. 279).

A agroecologia pode ser vista como uma tecnologia social alternativa à degradação ambiental. Ao incentivar o uso de técnicas agroecológicas e a utilização de sementes crioulas, estão, de certa forma, estabelecendo mudanças que se apresentam como benéficas a todos os envolvidos. Os mutirões –que surgiram a partir de demandas

comuns entre várias comunidades- acontecem, inclusive, na perspectiva de atuação coletiva no plantio dessas sementes e recuperação de nascentes, a fim de reflorestar e ao mesmo tempo gerar alimentos e recursos para as comunidades. O primeiro mutirão, chamado “Teia no Trecho” aconteceu no Caramuru Catarina Paraguassu, região da Aldeia Baixa Legre, com Cacique Nailton, onde plantaram 1 hectare de sementes crioulas pelo Sistema Agroflorestal (SAF). Contou com a presença de 220 pessoas, dos diversos grupos envolvidos, como NEPA, GAIA, professores e alunos da UFBA e UFSB. Esse mutirão coincide com a perspectiva sobre o olhar ancestral do cuidado feminino sobre terra, como guardiã das sementes crioulas e detentora do sagrado que habita em cada uma. Dona Tereza, por exemplo, assentada do Terra Vista, é uma figura importante para que esse trabalho ocorra, sendo uma guardiã de sementes ela tem a tarefa de mantê-las vivas, armazenando-as e ampliando a rede de distribuição.

Voltando à atenção ao Terra Vista novamente, também é possível analisar todo o trabalho desenvolvido pelas mulheres e homens na produção do cacau cabruca como conquista da luta de classes, compreendida como um “agrupamento social que resulta dos processos de cooperação, divisão do trabalho, competição e conflito no terreno específico da posição de bens e serviço” (SAFFIOTI, 2013), cuja atuação proporciona as assentadas e assentados desfrutar do direito de “ocupar, resistir e produzir”, conforme lema do MST.

As mulheres assentadas além de desenvolver os trabalhos domésticos e de cuidados, assumem papéis na articulação e organização nas diferentes linhas de ação do movimento, bem como nas mobilizações e operacionalização da Teia dos Povos; trabalham nas escolas do assentamento como merendeiras e secretárias, profissionais de saúde, na roça e na comercialização da produção de alimentos- exemplos já supracitados como Solange e Nayara, mas também podemos falar de Teresa, Ceci, Áurea e demais mulheres. Produzem cacau para seu beneficiamento, se distanciando, por exemplo, do objetivo dos homens em vender o fruto *in natura* para atravessadores. Ademais, são as responsáveis pelo processamento e beneficiamento do cacau para produção de polpas, sucos para a família e também são envolvidas na produção de chocolates, como é o caso das jovens mulheres da Fábrica Escola de Chocolates. Contudo, o trabalho agrícola das mulheres, assim como o trabalho doméstico, ainda é identificado em vários casos e estudos sobre divisão sexual do trabalho como sendo “ajuda” (BUTTO, 2014).

Na agroecologia as mulheres estão contribuindo de forma efetiva ao propor conhecimentos, estratégias, alternativas para uma transformação no modo de fazer a agricultura, impactando na produção de alimentos, influenciando no meio ambiente, na

comercialização da produção e no engajamento político, ao passo que criam laços de articulações institucionais. Precisamos ainda mais aguçar as lentes sobre o reconhecimento das mulheres como construtoras de conhecimento e portadoras de saberes, que nos leva a repensar questões e construir instrumentos metodológicos que deem conta desta proposta e dialogue com as distintas realidades (MORAES *et al*, 2018, p. 15).

Antes da conquista do assentamento as assentadas e os assentados eram sujeitos subalternizados nas lavouras de café nos latifúndios da região, com a luta pela terra empunhada pelo MST, a resistência de uma prática ancestral de produção do cacau cabruca e o fortalecimento através dos princípios da agroecologia, esses sujeitos políticos reuniram condições de trabalho agrícola de forma democrática, autônoma e identitária para as mulheres, homens e juventudes do assentamento conseguirem expandir sua visão de luta para outros povos que se encontram em conflitos diários para conquista de seus territórios, como no caso da Teia dos Povos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentarmos o contexto histórico e situarmos os trabalhos realizados pelo Assentamento Terra Vista revelam-se as dimensões simbólicas e práticas quando colocamos o território como ponto de partida para possíveis reflexões, e mais profundamente a própria agroecologia. A intenção ao situar tal assentamento nos estudos antropológicos é de iniciar diálogos possíveis (e que se apresentam como parte de uma experiência complexa para se pensar agroecologia e antropologia) sobre a potência que o Terra Vista tem construído ao longo dos anos não somente em relação ao campesinato mas também ao que concerne povos indígenas, quilombolas, dentre outros povos tradicionais os quais têm construído processos de reterritorialização partindo de um lugar do conflito com latifundiários ou o próprio Estado, e confluindo de maneira estratégica e coletiva através da agroecologia. Sendo assim, a partir de várias ontologias, visões em conjunto são alicerçadas a fim de se reunirem formando uma possível potência de articulação política envolvendo o território, modos alternativos à agricultura convencional e a valorização da alimentação de qualidade por caminhos como das sementes crioulas.

A agroecologia permite acionar uma perspectiva da multiplicidade de expressões através das particularidades de cada contexto sociocultural, visando assim tipos de territórios. A partir da reflexão sobre a concepção de território social, pensar “vínculos

sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com os respectivos ambientes biofísicos” (LITTLE, 2002,p.10), e a agroecologia como força propulsora de ideias que respeitam cada uma das particularidades de cada povo envolvido, as cosmovisões e escolhas alimentares, assim como Cunha (2009) reitera sobre o que a terra representa para cada um desses povos do ponto de vista biofísico e simbólico. Moraes *et al* (2018) aponta também em direção ao que concerne o papel feminino como sendo as construtoras de conhecimento e portadoras de saberes a presença das mulheres no movimento agroecológico e assim é possível indagar: que tipo de agroecologia estamos falando? Uma agroecologia na perspectiva das mulheres, que propõem a quebra de paradigma ética, moral e epistemológica, em que não só as mulheres, mas também os/as jovens, homens, natureza possam fazer parte de um construto social mais justo e de forma integral.

A Teia dos Povos é sinônimo dessa luta coletiva e inclusiva, e pela própria palavra *teia* tece redes de colaboração sempre com o olhar sobre o chão onde se pisa, onde se planta, com o que se planta e com quem se caminha. Sementes crioulas que se espalham e multiplicam pela Bahia, Minas Gerais, Maranhão e chegará em tantos outros lugares. Resistindo e coexistindo através dessa rede complexa de interações contra o racismo, racismo religioso, desigualdade de classe e gênero, que tem denunciado variadas formas de opressão sofrida seja por meio de despejos, violências físicas e simbólicas em seus territórios no campo ou na cidade, genocídio da população negra, falta de saneamento básico, etc. Em processo de construção através de suas experiências, a articulação vem ampliando e propiciando melhores diálogos entre povos com a intenção de fazer um chamado à auto organização de populações invisibilizadas, de forma que cada ação faça parte de estratégias de resistência. Como já supracitado, são estratégias de auto organização para o fortalecimento das comunidades, compreendendo que existem lutas de cada um dos territórios e lutas maiores e coletivas, mas que visam soluções concretas as quais perpassem pela defesa de existir em seus respectivos territórios, tanto do ponto de vista material relacionados a demandas concretas ao que diz respeito à moradia, trabalho digno e justo e alimentação adequada e saudável para todos quanto questões simbólicas sobre a união dos povos a partir da agroecologia e do Bem Viver.

Os desdobramentos têm proporcionado soberania e segurança alimentar, geração de renda, fortalecimento da atuação política e das relações sociais e visibilidade aos diferentes trabalhos exercidos por diversos atores sociais. Esses fatores têm contribuído para a construção de uma comunidade tradicional formada por coletivos de pessoas com

traços étnicos fortemente demarcados por uma ancestralidade negra, indígenas e de agricultoras e agricultores oriundos de uma agricultura tradicional rural, características da região Sul da Bahia. Através da alteridade se constituem saberes e práticas que se complementam. O Terra Vista, portanto, carrega consigo um impulso que inspira as mobilizações coletivas em todos os territórios envolvidos. Somado à outros grupos, aldeias, quilombos, movimentos sociais forma um núcleo integrador com as práticas propostas pela Teia dos Povos, de toda a rede agroecológica dos sujeitos envolvidos, permitindo que demandas de reconhecimento sejam ouvidas, e, para além disso, que os povos e movimentos sociais possam pensar suas realidades e consigam incidir sobre elas, trazendo soluções.

REFERÊNCIAS:

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, Mauro; CUNHA, Manuela Carneiro da. **Populações tradicionais e conservação ambiental**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia e a Dinâmica Produtiva Da Agricultura Sustentável**. 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BUTTO, Andrea; FARIA, Nalu; HORA, Karla; DANTAS, Conceição (Org.). **Mulheres Rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A.; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília (DF), 2006.

CRUZ, Mariana; NASSER, Rafique. **O Caminho das Sementes #4: rede de sementes-uma construção necessária para um tempo urgente**. Teia Dos Povos, 2020. Disponível em: <<https://teiadospovos.org/o-caminho-das-sementes-4-rede-de-sementes-uma-construcao-necessaria-para-um-tempo-urgente/>>. Acesso em: 10, out e 2020.

DIÁLOGO COM OS POVOS. **O que é a Teia dos Povos?** (1h56m5s). Disponível em: <<https://youtu.be/L-hwxcfWvSQ>>. Acesso em 23 out. 2020.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **Territorialidade: Trajetória e Usos do Conceito**. Revista Raízes, v.34, n.2, jul-dez /2014.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf> Acesso em: 30 set. 2020.

MORAES, Lorena Lima de; JALIL, Leticia Medeiros; SANTOS, Janaína Henrique dos; COSTA, Michelly Aragão Guimarães; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. **Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste**. Interterritórios, Revista de Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru. Brasil v. 4, n. 6 (2018)

OLIVEIRA, Joelson Ferreira de. **Retrato do Mestre Joelson Ferreira de Oliveira**. Canal: Saberes Tradicionais UFMG. Belo Horizonte-MG, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XsqJ5oxYXmg>>. Acesso em: 23 out. 2020.

QUIJANO, Aníbal. **“Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder**. En Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (org.). **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009.

SORRENTINO, Marcos *et al* (org.). **Educação, Agroecologia e Bem Viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2017. Disponível em: <
http://www.nacepteca.esalq.usp.br/sites/default/files/publicacao_arq/Educacao-agroecologia-e-bem-viver%20final.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

TEIXEIRA, Carine A.; SANTOS, Sálvio O.; OLIVEIRA, Joelson F.; SANTOS, Solange B. **As Jornadas de Agroecologia da Bahia como importante instrumento no avanço do debate e prática da agroecologia no estado**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, Jul. 2018.